

OBSERVAÇÕES ESPARSAS SOBRE DISCURSO E TEXTO (NOTAS DE TRABALHO)

SÍRIO POSSENTI
(UNICAMP/CNPq)

ABSTRACT *Considering some current theoretical discussions within the framework of french discourse analysis about the notions of “text” and “discourse”, this article asserts that the investigations about such relations should take into account the notion of “ethos” as it was developed by Maingueneau. In order to illustrate our position, we present some analysis Brazilian jokes.*

INTRODUÇÃO

Na divisão mais ou menos institucional dos saberes, os termos “discurso” e “texto” têm servido tanto para demarcar claras diferenças quanto para estabelecer e manter confusões. Por um lado, tanto as teorias quanto as práticas de análise mostram que fazer (análise do) discurso e (lingüística do) texto não são a mesma coisa, seja pelos dispositivos teóricos e metodológicos mobilizados (mesmo que cada um desses campos não seja homogêneo), seja pelos resultados obtidos. O que colabora para demarcar as diferenças. Por outro lado, as confusões decorrem do fato de os corpora da AD serem tipicamente textuais, o que pode dar a entender que a AD analisa textos, nada mais que isso. Com suas teorias próprias, evidentemente. Mas pode parecer que é apenas mais uma entre tantas. Além disso, as teorias (lingüísticas) de texto passaram a incorporar “exteriores” e deixaram de ser quase/pseudo-gramáticas (da coesão). Assim, podem ser vistas como tratando “também” da enunciação¹ (sujeito, paráfrases, digressões), e até mesmo de posições ou de efeitos ideológicos.

Considerando o quadro geral brevemente descrito, este trabalho se ocupará de três aspectos:

- a) anotar algumas circunstâncias em que texto e discurso se cruzaram, no interior de trabalhos de AD, seja para demarcar diferenças, seja para apontar soluções, seja para acenar que os procedimentos deveriam ser diversos, seja para negar que se tratasse da mesma coisa²;

¹ Ver, por exemplo, Koch (2002).

² Não haverá a mínima preocupação de realizar um inventário exaustivo dessas referências, que, de fato, se repetem, fato que a AD explica melhor que as teorias de texto, aliás.

- b) apresentar, visto que não se trata de conceitos muito correntes³, uma versão sumária das relações texto-discurso propostas por Maingueneau em diversos trabalhos, especialmente no que se refere à questão do *ethos*;
- c) esboçar a análise de algumas piadas nas quais esta questão parece relevante.

Contatos de segundo grau

Pêcheux (1969), após uma observação crucial sobre o corte saussuriano, que mudou a lingüística de terreno (da função para o funcionamento) e outra sobre o fato de que nem por isso certas perguntas deixaram de ser feitas (“O que este texto significa” etc.), anota:

São essas as diferentes formas da *mesma questão*, à qual várias respostas foram fornecidas pelo que chamamos *análise de conteúdo* e, às vezes também, *análise de texto* (p. 63).

E mais adiante:

... é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas [que] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção... (p. 79).

A primeira observação diz respeito ao que até então havia (e ainda não havia AD). A segunda já visa a demarcar uma diferença clara entre AD, que começava a existir, e análise de texto. Observe-se que o autor exclui uma certa possibilidade (analisar um discurso como texto) a partir de uma determinada definição de texto⁴. Em Pêcheux e Fuchs (1975), a posição é reafirmada, e em decorrência da incorporação do interdiscurso:

Estes esclarecimentos permitem compreender por que o dispositivo da AAD (...) exclui fundamentalmente a própria idéia da análise semântica de *um* texto. Sobre esse ponto, convém observar a distinção ... entre a análise lingüística de uma seqüência discursiva e o tratamento automático de um conjunto de objetos obtido por meio desta análise... (p. 169-70).

Que esta posição da AD é a demarcação decisiva de uma diferença vai ficando sempre mais claro nos anos posteriores. É que um discurso nunca equivale a um texto, seja porque pode “haver” mais de um discurso em um mesmo texto (por efeito do interdiscurso), seja principalmente, porque um discurso se materializa tipicamente em uma dispersão de textos (conforme assinalou Foucault).

Outro momento de contato entre a AD e o texto encontra-se em Courtine (1981). De fato, são duas menções. A primeira é um comentário a uma tese de Dubois, que

³ No entanto, já há trabalhos consistentes que consideram centralmente a questão do *ethos*, como os de Descini (2003), Miqueletti (2002) e Ferreira (2002).

⁴ Poder-se-ia talvez considerar a hipótese de que, se a questão da intertextualidade já estivesse viva, se, p. ex., Derrida e Barthes, entre outros, estivessem sendo considerados, a posição de Pêcheux e a definição de texto poderiam ser diversas - o que, no entanto, não alteraria substancialmente as diferenças de fundo.

propõe que é no texto que a análise de discurso se faz: “A análise do discurso implica a colocação em funcionamento de um método para determinar as relações inerentes ao texto, pelas quais, por hipótese, supomos que se define a estrutura do discurso; e essas relações são aquelas que os termos do texto (palavras, sintagmas, frases) mantêm entre si”. Mas o comentário de Courtine, de certa forma, reduz esta exigência:

se se faz a hipótese de uma estrutura do discurso, localizável na co-ocorrência e na recorrência de certos de seus elementos, *essa estrutura deve ser gramaticalmente caracterizada*. O discurso, como objeto, entretém uma relação determinada com a língua, e a possibilidade mesma de uma análise do discurso se abriga nessa relação. Todo procedimento de análise do discurso encontra na lingüística seu campo de validação ... e o risco correlativo de reduzir o discurso à língua. Essa questão se condensa, em análise do discurso, na caracterização do *enunciado* (p. 10).

O comentário, como se vê, praticamente reduz o texto a um espaço em que ocorrem enunciados, e, assim, deixa o texto aquém do próprio texto, mesmo da perspectiva das primeiras lingüísticas textuais. A lingüística privilegiada por Courtine é uma lingüística do enunciado, por mais que este conceito seja problemático, como o próprio autor assinala muito adequadamente, aliás.

A segunda ocorrência se dá no cap. III e diz respeito ao intradiscurso. Importa destacar a seguinte passagem:

Esse nível de descrição é aquele a que nos referimos habitualmente através das noções de “fio do discurso”, “coerência textual”, “estratégias argumentativas” ... e que suscita as análises em termos de correferência, tematização e progressão temática, inferências pressuposicionais, conexões interfrásticas etc. (p. 50).

A passagem ilustra bem um fato: o discurso “precisa” do texto, é no texto que o discurso se lineariza, mas falta um tratamento explicitamente discursivo das categorias “de texto” que explicitem o que é discursivo no texto (veja-se que as categorias enumeradas relevam basicamente, embora não exclusivamente, da lingüística textual), assim como se disse claramente o que é discursivo no enunciado e no léxico. A pergunta que se poderia fazer é se a AD pode atribuir alguma especificidade ao texto (no discurso), à maneira da atribuição de uma especificidade à língua. Em outros termos, os da AD: haveria um “próprio do texto”? Ele teria alguma “autonomia relativa”? A decisão, creio, depende de definir em que medida “marcas” de textualização transfrásticas são da ordem do lingüístico, por um lado, e do discursivo, por outro.

Um terceiro contato entre discurso e texto ocorre em Maingueneau (1976). Na seção em que trata da gramática de texto, mais especificamente, da anaforização, o autor afirma que esta

introduz a possibilidade de tornar aceitável tal ou qual afirmação. Obviamente, são as restrições discursivas que regulam este gênero de fenômenos; segundo o tipo de discurso, determinada anaforização será possível ou não. (...) *o comando palestino* pode anaforizar-se com *esses assassinos revolucionários* (repúdio), *os combatentes revolucionários* (avaliação positiva), *esse grupúsculo de extremistas* (repúdio moderado) etc” (p. 174).

A meu ver, este é um exemplo de intervenção explícita de outra teoria, uma teoria da AD, sobre o “mesmo dado”, na medida em que a anaforização é um dos campos privilegiados pela lingüística de texto. Ao invés de tratar da anaforização como questão cognitiva (como o faz a teoria do texto) ou, muito genericamente, como criando uma unidade imaginária (como o faz a AD), Maingueneau considera a questão da “unidade” textual de um ponto de vista nitidamente discursivo, exatamente porque é a posição discursiva do sujeito que “determina” a seleção lexical (enquanto que é uma questão de texto que haja algum tipo de ligação entre uma e outra parte do texto). Se a AD aceitar que há um “próprio do texto”⁵, esse seria um dos casos, talvez exemplar, de que a superfície textual deve organizar-se segundo alguns princípios. Um é a anaforização, que pode também ocorrer de um texto a outro, diga-se de passagem, o que se configura como uma vantagem para uma teoria do discurso (se se aceitar que este é uma dispersão de textos). Mas que a anaforização seja uma ou outra, isso dependerá não do “falante”, mas do sujeito, isto é, da FD à qual está subordinado. Maingueneau não desdenhou o fato de que se trata de uma questão textual, uma das prediletas do campo, aliás. Não fugiu do termo, da metalinguagem, como se ela contaminasse a teoria. Ao contrário, deu-lhe um tratamento explícito em termos de AD⁶.

Orlandi (2001) explicita aspectos relevantes da relação texto / discurso: a) o texto é a materialidade do discurso. A autora pretende - com razão, a meu ver - que esta formulação significa uma diferença (um avanço) no interior da AD que deriva de Pêcheux, porque, de fato, ela operava basicamente com enunciados, embora extraídos de textos (isso é especialmente claro em Courtine (1981)); b) que a unidade do texto é imaginária (problema que as teorias de texto de certa maneira resolvem apelando para o saber compartilhado, porque também se dão conta que um texto não diz tudo; a diferença de solução é, evidentemente, significativa); c) essa unidade imaginária (que a autora afirma passar pela coesão e pela coerência, sem mais explicitações ou exemplos) é crucial para a definição de autoria - especialmente no caso de “autores” que não são autores⁷. A rara exemplificação ainda é feita com textos breves, mas as postulações teóricas são certamente um avanço na explicitação dessa relação.

Em Possenti (1988), tentei uma aproximação entre discurso e estilo, cuja base empírica passava, em boa medida, exatamente pela reanálise de lugares de investigação típicos das teorias de coesão⁸. Em Possenti (2001), elenquei e tentei dar um certo estatuto a um conjunto do que chamei de indícios de autoria, alguns com efeitos de tipo

⁵ Por exemplo, a ocorrência de "o" ou "este" anafóricos pressupõe a ocorrência de um nome, e essa é uma questão de texto, assim como um "que" introdutor de relativa pressupõe um nome e essa é uma questão de sintaxe (cf. Henry, 1975).

⁶ Trata-se exatamente de um caso em que uma FD define o que pode / deve ser dito.

⁷ Essa tese está, de fato, em Orlandi (1987).

⁸ Os pouquíssimos analistas de discurso que comentaram este trabalho ativeram-se aos aspectos textuais ou sociolingüísticos (que eram resenhas...). Sem querer apagar seus defeitos, anotaria que praticamente não se percebeu que a novidade, se havia alguma, vinha de Granger, e não de Labov. Mas a leitura se explica: ninguém lia Granger, e todos liam Labov.... Assim, o filósofo não jogava na recepção. É um exemplo caseiro de efeito-leitor; mais especificamente, de leituras em forma de simulacro...

textual e, simultaneamente, discursivo. Trata-se de uma tentativa de retomar questões relativas à estilização dos textos (efeito especialmente de leituras de Schneider, mas sempre com Granger ao fundo).

Na verdade, há outras assinalações da relação entre texto e discurso, como a seguinte, formulada a propósito do que seja uma formação discursiva, formulação sempre assinalada e sempre repetida, mais ou menos automaticamente. Em Pêcheux e Fuchs (1975:166), pode-se ler:

... uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.)

A passagem tem sido interpretada simplesmente como se a relação entre as FDs e os gêneros (tipos de texto) fosse indiferente, ou seja, como se a mesma FD pudesse materializar-se em qualquer tipo de texto e continuar sendo a mesma. Isso é em grande medida verdadeiro, diga-se, mas é provável que haja restrições. Por exemplo, e correndo o risco de repetir sempre o mesmo bom exemplo de Maingueneau, não se encontra (não se poderia encontrar) nenhuma manifestação do discurso jansenista em uma obra longa cujo estilo fosse o das conversações amenas, enquanto que este gênero de obra materializa exatamente o discurso adversário, o humanista devoto.

Creio que é a aceitação simplificada dessa posição que leva pesquisadores à posição segundo a qual um sujeito (enunciador) até pode produzir alguma variante subjetiva ou singular em um texto, mas jamais em um discurso: justamente porque não se imagina que uma certa discursividade, por um lado, possa “preferir” certos tipos de textos e, eventualmente, não lance mão jamais (ou muito raramente) de outros. Outra constatação: há analistas de discurso que consideram estranha uma categoria como “discurso literário”, exatamente por suporem que, em textos cujo estatuto é este, o discurso é o mesmo que se pode encontrar em uma piada, em um slogan ou em um manifesto (o que só é possível se manifestos, piadas e textos literários emanarem da mesma formação discursiva).

Esta posição corre o risco de não evitar definitivamente que a AD seja uma variante da análise de conteúdo, pois identifica o discurso com os assim considerados “conteúdos” dos textos (por mais que não os chame assim), e porque não se dá conta de que a própria textualidade é gerida por categorias discursivas. A mesma semântica que determina o que pode e deve ser dito seleciona, de alguma forma, em que textos isso se dirá e, na mesma medida, como isso se dirá, pelo menos, qual é o tom requerido. O que não deve ser compreendido como significando que, dado um tipo de texto, automaticamente se tratará de um certo discurso.

Esse rápido levantamento mostra que a questão do texto em AD não foi suficientemente bem tratada.

UM CORPO PARA O DISCURSO

Maingueneau (1984) propõe que os discursos sejam regidos por uma semântica global, que não só explica uma competência discursiva e interdiscursiva, como confere aos discursos um conjunto de outros traços que os caracterizam (para além de seu,

digamos, conteúdo). Assim, “uma démarche que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus “planos”, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (p. 81).

Por exemplo, é a semântica global que condiciona a intertextualidade interna e externa de cada FD. No caso que analisa, a polêmica entre o jansenismo e o humanismo devoto, é o traço semântico concentração vs. expansão que define que, para um discurso, haja menos textos citáveis e para outro, mais. Além disso, o mesmo traço comanda um modo de coesão dos textos, a predileção por certos gêneros, como os aforismos (concentração) para os jansenistas, de certa maneira “soltos” (pois que não há uma ordem visível...) e os livros longos (expansão) que simulam conversações (um “hábito” secular, já que eles não temiam o mundo...) para os humanistas devotos. “De um lado, a “Concentração” do “menor escrito” produzido na /Interioridade/ silenciosa de uma alma /Idêntica/ a Deus, /Estável/ como ele; de outro, a vã /Extensão/, a exterioridade de “tomos inteiros”, de “grandes livros” de autores tagarelas” (p. 102-4).

A semântica global de um discurso explica seu *ethos* característico (doce, duro, irônico...), e, em decorrência, em boa medida, seu léxico, que, por sua vez, dá concretude ao *ethos*. O exemplo, mais característico, segundo o autor, é a palavra “doce”, que caracteriza o discurso humanista devoto. Esse tom “apoia-se na dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas” (p. 100). Assim, a figura que dá o tom pode ser caracterizada “psicologicamente”, ser afetada por disposições mentais que sejam o correlato dos afetos que o modo de enunciação engendra. No caso do humanismo devoto, desenha-se a presença de um enunciador capaz de integrar-se às múltiplas “Ordens” do Real: afabilidade, disponibilidade, jovialidade etc, que acabam por se cristalizar em uma “doçura” exemplar” (p. 100). Maingueneau esclarece que se trata de algo completamente diferente de um dispositivo retórico pelo qual o autor “escolheria” o procedimento que estivesse mais de acordo com o que ele “quer dizer”“. Esse traço, que os retóricos destacaram como uma virtude do orador, Maingueneau o explica por uma tripla noção de incorporação:

1. O discurso, através do corpo textual, faz encarnar-se o enunciador, dá-lhe corpo;
2. Esse fenômeno funda a “incorporação” pelos sujeitos de esquemas que definem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de habitar o mundo, de entrar em relação com o outro;
3. Essa dupla “incorporação” assegura ela própria a “incorporação imaginária” dos destinatários no corpo dos adeptos do discurso (p.101-2).

Maingueneau afirma finalmente que

as restrições da semântica global não são somente destinadas a analisar “idéias”. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu o vivido dos sujeitos. Vimos como a “doutrina” era em realidade inseparável de uma interdiscursividade, de um modo de enunciação, de um processo de “incorporação”..., que são as mesmas categorias que governam todos esses planos ao mesmo tempo. O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro ... quanto com idéias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo (p. 105).

O autor apresenta sua concepção discursiva de *ethos* em diversos trabalhos, como em Maingueneau (1996). “Sem reduzi-la à eloquência jurídica ou à oralidade, propomos que todo o discurso, mesmo se o nega, tem uma **vocalidade** específica, que lhe permite remetê-la a uma fonte enunciativa” (p. 80). “A leitura faz emergir assim uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada, que exerce o papel de fiador da fala” (p. 80). A esse fiador, “cuja figura o leitor deve construir a partir de indícios textuais de ordem diversa, se atribuem assim um **caráter** e uma **corporalidade**, cujo grau de precisão varia conforme os textos” (p. 81). Implica, assim, “uma certa política tácita do corpo, apreendida através de um comportamento global” (p. 81). Em princípio, não é possível dissociar a organização dos conteúdos de um discurso de sua cena de enunciação (p. 82). Usualmente, assim como os textos remetem a certas fontes, também o *ethos* apela para cenas validadas.

Além do exemplo da enunciação doce do humanismo devoto, Maingueneau aduz outros, como a *secura* de D. Quixote - tanto corporal (seco de carnes, enxuto de rosto) quanto de hábitos (dormir pouco e ler muito lhe secou o cérebro), que são próprios da teoria hipocrática dos humores então vigente (este é também um exemplo de como um *ethos* se valida). Ao contrário, Sancho Pança apresenta um corpo gordo, preocupação constante com comida. A estes *ethos*, correspondem, diz Maingueneau, modos de gestão do discurso: D. Quixote é o homem dos enunciados longos e obscuros, das “razões intrincadas” das novelas de cavalaria, enquanto Sancho é o homem dos enunciados elementares, dos provérbios; mas ambos enunciam mediante a repetição, um das novelas, outro, dos ditos populares. Menciona de passagem outros exemplos bastante claros: o *ethos* doce dos humanistas contrasta com os *ethos* românticos posteriores, que implicam construções distintas da corporalidade e do caráter. Sabe-se que o romantismo do início do século XIX privilegiava a corporalidade pálida, magra, na qual o sujeito oscilava entre a paixão e a atonia melancólica.

O autor analisa também exemplos do campo publicitário, como a seguinte propaganda do whisky Jack Daniel’s (Maingueneau 1998:39).

Richard McGee levanta-se muito antes do amanhecer. No frescor e no silêncio das manhãs do Tennessee, ele roda os pesados barris de Jack Daniel’s através dos armazéns de envelhecimento. Lentamente; no seu ritmo; sempre o mesmo. Na destilaria Jack Daniel’s, nunca fazemos nada com pressa.

da qual diz que “a própria enunciação encarna essa lentidão”, na medida em que tanto afirma que “nunca fazemos nada às pressas”, quanto o próprio texto produz “frases de segmentação lentificada (lentamente; no seu ritmo; sempre o mesmo), que faz progredir suas frases como se fossem pesados barris” (p. 97).

A imprensa nos fornece bons exemplos do *ethos* dos enunciadores. Observe-se, por exemplo, a propósito do tema das cotas nas universidades, o tom cordato, bonachão e compreensivo de um enunciador disposto a ouvir, que não está seguro de sua posição em relação a uma questão complexa, e que faz aparecer uma corporalidade bonachona, no primeiro exemplo; e o tom irritado, arrogante e definitivo, que sugere um enunciador disposto a lutar com todas as armas por sua opinião, no segundo:

As cotas foram importadas dos Estados Unidos... Ao desembarcarem no Brasil, sem a necessária tradução local, entraram em choque com outra realidade, que não é democrática mas é miscigenada.

Não foi por malandragem nem por oportunismo que muitos brasileiros se declararam pardos na hora do vestibular. Ocorre que “raça”, para um imenso número de pessoas, não é uma categoria fixa, mas uma realidade em trânsito, às vezes até uma impressão, que pode se modificar em algumas horas de praia sob sol forte (Paulo Moreira Leite, *ÉPOCA* 24/02/2003, p. 18)

Na verdade, o que tem o belo título de “política compensatória” não passa de uma ultrajante lambuja, ofertada pelos que desprezam a probabilidade - largamente demonstrada, em todos os campos de atividade - do os negros vencerem graças a seus próprios esforços, sem a condescendência, que é filha da arrogância (branca), em que pesem os preconceitos que, junto com outras minorias, os negros têm enfrentado (...). (Mauro Chaves, Estado de S. Paulo, 22/02/2003, p. 2).

ETHOS E PIADAS

O tratamento das piadas, e especialmente dos chistes, que mais se aproxima da AD é certamente o que as considera a junção de dois mundos, seguindo Freud. Além disso, os chistes deram fundamento, talvez mais que qualquer outro tipo de texto, à concepção de *alíngua*, isto é, da língua como sendo fundamentalmente fadada ao equívoco, derivando (podendo derivar) sempre para uma interpretação outra. São duas faces da mesma moeda, e, como se pode ver, cunhada basicamente com materiais do interdiscurso.

Sobre o texto, nenhuma característica é mais repetida que a da brevidade típica dos chistes, por um lado, e seu caráter surpreendente, por outro. Este último traço deriva de uma fuga aparente à coerência, que, no entanto, se restaura pelo *insight* de que se trata então de outro *script* - de outro mundo. Em termos gerais, poder-se-ia dizer que esta “incoerência”, talvez a condição dos desfechos surpreendentes, caracteriza as piadas como um gênero específico de textos.

Para além do interesse em detalhar e testar essas teses, parece produtivo tratar das piadas em termos de *ethos*. Ou seja, levar em conta outras características da textualidade, de natureza verdadeiramente diferente das invocadas. Em resumo, esse ponto de vista equivaleria a supor que, nas piadas, como em outros textos, o universo de sentido que o discurso oferece se impõe tanto pelo *ethos* quanto pela “doutrina”; as “idéias” se apresentam através de uma maneira de dizer que remete, por sua vez, a uma maneira de ser (Maingueneau 1996: 81-2)

Seguem-se, abaixo, rápidos comentários a algumas piadas que giram em torno da vergonha (ou de seu anti-*ethos*). O objetivo é mostrar, mesmo que seja sumariamente, que determinados ingredientes são de grande relevância (e esta seria uma contribuição de certa AD), embora tenham sido usualmente desprezados:

Piada 1:

*Lá ia a carruagem com a rainha e o embaixador de Portugal. De repente, o cavalo solta o maior peido. A rainha, encabulada, virou-se para o embaixador e falou:
- Eu realmente sinto muito, senhor embaixador!*

E ele:

- Tem problema não majestade. Isso acontece. Eu até pensei que tinha sido o cavalo.

Piada 2

Chegou o dia de Maria, a bela cachopinha, casar com Joaquim. Era bonita, virgem e meio surda. No altar, o padre pede as alianças para benzer. As alianças estavam com a Maria, o padre pedia e ela não ouvia nada. Então, o padre fez com a mão um gesto que indica aro, um anel, um círculo. Aí, pegou o dedo da mão esquerda, enfiou o aro e ficou indo e vindo e mostrando a Maria, em tom de pergunta. Ela ficou coradinha e respondeu:

- Não, não, seu padre. Ainda não. Mas hoje à noite...

Nesses dois textos, cujos temas são diversos (sexo e manifestações ruidosas do corpo...), mas ambos associados à vergonha, além dos temas veiculados, das posições discursivas expressas, certas palavras dão corpo aos enunciadores. Especificamente, na primeira, a rainha é descrita como encabulada, descrição que é a principal pista para a projeção que o leitor pode fazer a respeito do tom de seu pedido de desculpa. Que seja um pedido de desculpa é de certa forma suficiente para que se possa projetar um tom (mais para humilde que para jactancioso, por exemplo). Mas, se as desculpas não decorrem de divergências, mas da ocorrência de algum evento ligado a manifestações do corpo consideradas como falta de civilidade, podemos imaginar que aquele tom se caracteriza também por um certo constrangimento.

Na segunda, Maria é descrita como “coradinha” (efeito de ter compreendido “mal” a pergunta do padre - se já fez sexo -, especialmente porque a pergunta foi feita através de gestos mais ou menos explícitos e grosseiros, e em público). Mas a segunda parte de sua resposta, embora não dispense o tom de vergonha, nem seja incompatível com ele, impõe também outro tom (meio safado), compatível com “mas hoje à noite”. Essa contraposição entre “ainda não” (e a vergonha pela publicidade de algo privado e, proibido e depreciador) e “mas hoje à noite...” é também uma contraposição de tons. De vergonha, ou pudicícia, em um caso, de alguma safadeza, prenúncio do final de uma expectativa mais ou menos ansiosa, satisfação antecipada pelo que vai ocorrer. Em um caso, um corpo pudico, que se encolhe, que se recolhe, voltado para si; no outro, um corpo que se apresenta, se expõe, que aguarda o outro.

Piada 3

A moça avisa sua mãe que vai sair com o namorado. A mãe chama a filha de lado e lhe dá uns conselhos.

- Minha filha, muito cuidado. Os rapazes são todos iguais. Ele vai te convidar pra ir pro apartamento dele, diz que é pra ouvir uma música. Mas lá ele vai querer dançar, começa a te beijar, acaba tirando tua roupa e desonrando nossa família.

A moça disse que sabia se cuidar e saiu. Na volta, a mãe foi falar com ela:

- E então, minha filha, como foi?

- Quase como a senhora falou, minha mãe. Ele me convidou pra ir pro apartamento dele pra ouvir música. Começamos a dançar (a mãe ia ficando aflita), mas, antes que ele fizesse o que a senhora me disse que os rapazes costumam fazer, eu tirei a roupa dele e desonrei a família dele umas três vezes.

Esse texto não só deriva de outra posição enunciativa, de outro discurso sobre a mulher (ela não é vítima do homem etc.), mas, especialmente, constrói uma corporalidade específica que se materializa mais claramente na narrativa final que a moça faz à mãe, em tom mais ou menos triunfante, que faz supor um corpo (discursivo)

decidido, dominante e ativo (tirei a roupa dele...), liberado, ao invés de frágil, tímido e dominado. O tom da narrativa não é envergonhado, mas, ao contrário, triunfante, quase sarcástico. O que condiz com o discurso (seu “conteúdo”), segundo o qual a mulher não só não foi usada e desonrada (o que lhe causaria vergonha), mas, ao contrário, tomou a iniciativa e “desonrou” seu parceiro. No texto em questão, esse gesto representa uma vitória, que a filha imagina que deixará sua mãe orgulhosa. Daí o tom triunfante (e não o tímido, como o de quem confessasse uma vergonha ou mesmo um desejo condenável ou secreto). Em suma, o tom é compatível com o “conteúdo”, deriva da mesma semântica.

Piada 4

No escritório do advogado:

- *Quero me desquitar, doutor.*

- *Pois não. Qual é o motivo?*

- *Adulterio e gozação.*

- *Espera aí, meu amigo. Posso pedir por adulterio, mas a lei não prevê separação por gozação.*

- *Mas se eu contar a minha história, o senhor vai ver que eu tenho que pedir desquite.*

- *Vamos lá.*

- *Seguinte, doutor: chego ao aeroporto e descubro que deixei a passagem em casa. Volto para buscar. Abro a porta, ninguém. Vou pro quarto, vejo minha mulher na cama com um homem.*

Pensa que se assustou? Virou-se pra mim e disse: “Ah, meu bem, foi bom você chegar. Senta aí e fica olhando, pra você aprender como se trepa”.

Não cabe aqui explicitar diversos ingredientes certamente relevantes para a compreensão desse texto (a suposta incompetência sexual masculina - avesso de sua autopropalada competência -, ou a relação insinuada entre adultério e pouca vergonha, e certas características das piadas, textos que operam com estereótipos e inversões igualmente estereotipadas). Importa verificar como um certo ethos emerge desses textos. O “frame” do adultério, da mulher surpreendida, manda que ela manifeste vergonha e medo. Aqui, não só o tom da enunciação feminina não é medroso, assustado, surpreso ou defensivo, mas, ao contrário, é calmo, quase triunfante, e tanto didático, vale dizer, superior. Mas ele não precisa ser “adivinhado”, pois é textualizado na narrativa (pensa que ela se assustou?; pega um banquinho, senta e fica olhando), especialmente em certos detalhes do léxico (...como se *trepa*). Assim, uma certa corporalidade emerge: nada a ver com dimensões e medidas, evidentemente, pois que o tema do discurso não é esse, mas uma certa desenvoltura, ausência de timidez, nenhuma vergonha. Efeito semelhante ao que se verifica na piada anterior, da moça que desonrou a família do namorado. Em ambos os casos, podemos imaginar como as personagens se comportam, o tom em que proferem suas falas.

Piada 5

Três senhores com seu uísque na mão, no maior papo. Súbito, resolvem contar a maior vergonha pela qual cada um passou.

- *Estava em baixo da mesa da professora, tirando a calcinha da coleguinha, quando a toalha da mesa caiu e a sala toda me pegou naquele vexame...*

Grandes risadas, que vergonha, essa foi forte. E a sua?

- Estava ensaiando para uma representação na festa de final de ano, deu vontade de fazer cocô, fui pra trás do teatro. “Vai ser aqui”, pensei. Quando estava no meio do serviço, a luz acendeu, o pano abriu e eu estava no meio do palco, as professoras lá embaixo olhando pra mim... Foi a maior vergonha.

Chegou a vez do terceiro:

- Pois eu estava no banheiro tocando uma punheta, esqueci de trancar a porta, minha mãe abriu e me pegou no ato.

- Mas, pelo amor de Deus, isso não é vexame, isso aconteceu com todos os meninos.

- Eu sei. Mas comigo aconteceu ontem.

Rapidamente, o que aqui cabe destacar são duas possibilidades: um tom envergonhado, expresso por um enunciador que se sente humilhado, evidentemente desconfortável, talvez vermelho e cabisbaixo (o da última narrativa); e um tom que é um misto de vergonha e diversão, no caso dos outros narradores, na medida em que a situação narrada é bastante humilhante (deve ter sido, deve ter causado grande constrangimento, na ocasião), mas, ao mesmo tempo, caracteriza-se como uma dessas aventuras secretamente valorizadas pelos homens, que lhes dão a medida de sua masculinidade, caracterizada pela transgressão de certas normas (capacidade de conquista, em um caso; satisfazer necessidades fisiológicas sem muita cerimônia, no outro).

CONCLUSÃO

O que decorre dos pontos de vista acima apresentados é basicamente que o discurso deve ser concebido como uma prática e que, como tal, suas dimensões são mais amplas do que o que “significam” os textos. E que essas outras dimensões, inclusive o tom do enunciador, podem explicar-se pelo recurso a uma semântica discursiva. O que não significa que a AD, assim, se torna a melhor história, a melhor antropologia ou a melhor sociologia - que explica inclusive os comportamentos dos sujeitos. Significa apenas que, numa certa dimensão, a do discurso, cujas relações com a “realidade” estão para ser explicadas, um conjunto de comportamentos é mais coerente do que se poderia imaginar. E que os discursos não só surgem apenas se certas condições são satisfeitas, mas também que eles podem afetar essas mesmas condições. Não só porque os discursos possuem uma “terrível materialidade” e tendem a ser por isso perigosos, mas porque essa materialidade está longe de ser uma metáfora. Há muito por fazer.

BIBLIOGRAFIA

COURTINE, J.-J. (1981). *Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. Langages*, 62. Paris, Didier-Larousse.

DESCINI, N. (org.) *Estilo nos textos*. São Paulo, Contexto, 2003.

FERREIRA, N. C. (2002). *Simulacros da criação: aspectos da polêmica evolucionismo versus criacionismo*. Campinas, IEL/Unicamp. Dissertação de Mestrado.

- GADET, F. e Hak, T. (orgs) (1990). *Por uma análise automática do discurso*; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp.
- HENRY, P. (1975). *A ferramenta imperfeita*. Campinaa, Editora da Unicamp.
- KOCH, I. V. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. S. Paulo, Cortez Editora.
- MAINGUENEAU, D. (1976). *Introducción a los métodos de análisis del discurso*. Buenos Aires, Hachette.
- _____. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Margada, editeur.
- _____. (1996). “El *ethos* y la voz de lo escrito”. In: *Versión*, 6. México, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. pp. 79-92.
- _____. 1998. *Análise de textos de comunicação*. S. Paulo, Cortez Editora.
- MIQUELETTI, F. (2002). *Discurso, tom e caráter: uma análise do ethos tucano*. Campinas, IEL/Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- ORLANDI, E. (1987). “Nem escritor, nem sujeito: apenas autor”. In: *Discurso e leitura*. São Paulo/ Campinas, Cortez Editora/Editora da Unicamp. pp. 75-82.
- _____. (2001). *Discurso e texto*; formulações e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes Editores.
- PÊCHEUX, M. (1969). “Análise automática do discurso”. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs). (1990). pp. 61-161.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs.) (1990).
- POSSENTI, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. S. Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2001). “Indícios de autoria”. In: *Perspectiva*, 20. Florianópolis, Editora da UFSC. pp. 103-124.